

Crédito rural

Reformas à vista

INSTITUCIONALIZADO PELA Lei nº 4.829, de 5 de novembro de 1965, o crédito rural foi um importante instrumento de incentivo à produção, ao investimento, à comercialização agropecuária e, conseqüentemente, à economia nacional. Até 1985, o orçamento monetário representava cerca de 80% das fontes de recursos. Desde então, os recursos obrigatórios, atualmente correspondentes a 25% dos depósitos à vista da Instituição Financeira (IF), junto com a poupança rural, ganharam participação crescente no financiamento do campo.

O problema de hoje é quando se coteja anualmente a quantidade de recursos obrigatórios aplicados no crédito rural a taxas de juros favorecidas de 6,75% ao ano, da ordem R\$ 55 bilhões, com o orçamento de despesas da agricultura, estimado em R\$ 160 bilhões. O descoberto, correspondente a dois terços, é fechado com recursos próprios dos agricultores e do financiamento das agroindústrias na base de um terço para cada um.

Na verdade, enquanto a evolução dos recursos obrigatórios não acompanha o ritmo vigoroso de crescimento da agricultura brasileira, a drenagem de financiamentos para a produção é bem satisfatória. Apesar de aparentemente parecer um paradoxo, diversos fatores explicam essa situação de boa liquidez na oferta de dinheiro ao agricultor.

Depois de sucessivos insucessos e imensas perdas de renda no setor, o comportamento, do credor e do devedor, sofreu abrupta mudança. Isso é sentido, ao longo do tempo, com as renegociações das dívidas rurais na Secutização e no Programa Especial de Saneamento de Ativos (Pesa) nos anos noventa, nas gra-

ves estiagens e quebra nas colheitas durante as safras de 1999/00 e 2004/05 e na recente crise financeira, de escala global, em 2008. Esses momentos dramáticos trouxeram lições: as IFs ficaram cada vez mais rigorosas nas análises cadastrais, e os produtores melhoram substancialmente a gestão de seus negócios.

A transição do campo

Quando o Comitê de Política Monetária (Copom), do Banco Central, reduziu a taxa básica de juros do País, a Selic, para 8,75% ao ano, em julho de 2009, a competitividade do crédito rural chegou ao seu menor limite. Em outras palavras, a taxa Selic ficou bem próxima da especial taxa do crédito rural, de 6,75% ao ano. Se o processo de baixa da Selic continuasse, a atratividade diferenciada na concessão do crédito rural com as fontes na exigibilidade praticamente deixaria de existir em relação ao custo de outros financiamentos.

Essa contextualização é muito importante para entender a tendência da política agrícola governamental, historicamente sempre centrada com muito peso na disponibilidade de crédito oficial. O sinal claro é priorizar o dinheiro proveniente do depósito à vista para o pequeno e o médio produtor. O grande produtor e as empresas jurídicas deverão buscar as alternativas propostas pelo mercado financeiro e os fundos de investimentos. Esse é um passo derradeiro para preparar o terreno do sistema para a modernização, como nos Estados Unidos, por exemplo, com maior integração entre o crédito, seguro e mercado futuro.

Em outras palavras, tem início a implantação de medidas para romper com

as operações tradicionais. O financiamento agropecuário passa a ser cada vez mais independente do Estado!

Começo das mudanças

Há algum tempo, as normas do MCR alteraram os critérios de conceituação do produtor rural para efeito de tomada de crédito rural. Foram abolidas as classificações de mini, pequeno, médio e grande produtor, calculadas com base no valor de produção. Em substituição, passou a ser empregada uma medida bem mais simples: abaixo de R\$ 200 mil, é pequeno, e acima os demais. Essa medida foi positiva, pois de forma simples facilitou e desburocratizou a formalização das operações.

Sondagem de mercado aponta que existem em torno de um milhão de contratos na chamada agricultura comercial e quatro milhões na agricultura familiar. Portanto, faz todo sentido buscar caminhos para facilitar o mundo dos negócios entre os produtores, as empresas de insumos, processadores, *tradings* e outros agentes que operam nas cadeias produtivas.

Aprimorar a amplitude do impacto da política agrícola ainda é um grande desafio no Brasil. Existe um laço antigo de estar atrelado somente ao crédito, sem grande ligação com o estímulo da produção, o controle da inflação e a questão ambiental na diversificação das explorações. As medidas, que ora se especulam, certamente serão acompanhadas de outras bem importantes, como na área de seguros, do cadastro único, da regulamentação e registros de títulos, dentre outras.

Agroanalysis acompanhará tudo isso bem de perto. ■

Prováveis medidas para a safra 2011/12

- As expectativas apontam para alterações de monta no Manual de Crédito Rural. As propostas estão sendo esmiuçadas no Ministério da Fazenda, juntamente com IFs públicas e privadas. As novidades deverão aparecer brevemente, quando do anúncio do Plano de Safra e na próxima reunião do Conselho Monetário Nacional (CMN).
- O desenvolvimento dos trabalhos obedece a três grandes pilares: **Primeiro:** o econômico, com o estabelecimento de novos tetos e formas de financiamento; **Segundo:** o chamado *back off*, relacionado à burocracia bancária e aos custos das transações; **Terceiro:** o estabelecimento de novos marcos legais, como o do uso do Certificado de Crédito Bancário, de menor custo de registro em relação ao Certificado de Crédito Rural.
- Do ponto de vista geral, a grande modificação passa a ser o controle da concessão do crédito pelo Certificado da Pessoa Física (CPF), que ficará cadastrado no sistema Registro Comum de Operações Rurais (Recor).
- Os limites individuais de financiamento passam a ser liberados por CPF do beneficiário. Deixam de existir os limites por cultura. Esse novo procedimento, na prática, simplifica a burocracia e reduz as despesas operacionais.
- Existe uma novidade em estudo que poderá ser implantada e normatizada no Manual de Crédito Rural (MCR), com relação ao cumprimento da exigibilidade do crédito rural. As IFs cumprem, atualmente, três alternativas básicas: recolher o numerário no Banco Central, repassar o recurso para outra IF e aplicar o dinheiro na agricultura. O governo analisa a possibilidade de os bancos de cooperativas aplicarem uma parte das exigibilidades repassadas pelos bancos privados. Para a execução desta prática, o instrumento a ser desenvolvido é o Depósito Interfinanceiro Para Cooperativas de Crédito (DIR Cooperativas), que precisa definir a distribuição dos riscos entre a cooperativa receptora, o banco repassador e o beneficiário do crédito rural.
- Outra introdução será a aplicação de uma espécie de crédito rotativo para o produtor, com maior limite de crédito e prazo mais longo, com renovação simplificada. A conta seria zerada na época da entrada de receita com a venda da produção. No caso de produtos da safra de verão, poderia ser, por exemplo, entre maio e junho.

Brasil: Fontes de recursos para o crédito rural [%]

| Fonte | Recurso Oficial | Recurso Livre |
|---------|-----------------|---------------|
| 1990/94 | 35 | 65 |
| 2000/04 | 58 | 52 |
| 2005/09 | 57 | 53 |
| 2010 | 57 | 43 |

Anuário Estatístico do Crédito Rural

A prática do rating

Apesar da avaliação da capacidade de um tomador de crédito saldar seus compromissos financeiros ser um procedimento antigo das IFs, a sua aplicação na agricultura brasileira é mais recente. A grande maioria dos produtores, na verdade, não se deu conta de sua existência e rápida disseminação.

Para conferir uma nota de risco de crédito, as IFs especialistas avaliam, além da situação financeira do cliente, as condições do mercado dos produtos agropecuários e a opinião de especialistas da iniciativa privada, de fontes oficiais e acadêmicas.

Análise comparativa das mudanças na concessão do crédito rural

| Em vigor | Proposta | Comentário |
|---|--|--|
| Limite de crédito: R\$ 200 mil R\$ 275 mil R\$ 500 mil R\$ 650 mil Conforme a cultura. | Piso de crédito: R\$ 650 mil Teto de crédito: R\$ 975 mil Bônus: 15%: quando emprega sementes certificadas e comprova respeito às regras ambientais. | Mais crédito para quem está abaixo de R\$ 650 mil. Entre o piso e o teto de crédito poderão ser criados "sobretetos". Os créditos passam a ser controlados por CPF. |
| Empréstimo do Governo Federal (EGF): limite de crédito de R\$ 650 mil. | Financiamento para Estocagem de Produtos Integrantes da PGPM (FEPM). Financiamento para Estocagem de Produtos Não Integrantes da PGPM (FEE). Elevação do limite de crédito para R\$ 975 mil. | Oferecer mais recursos para o produtor melhorar a capacidade de gestão no fluxo de comercialização: decisão entre reter e vender a produção, de acordo com os preços no mercado. |
| Produtores Integrados: Limite de crédito Custeio: Aves: R\$ 45 mil Peru: R\$ 65 mil Suínos: R\$ 65 mil Investimento: Fixos e semifixos: R\$ 200 mil. | Produtores Integrados: limite de crédito por CPF. Custeio passa para R\$ 75 mil. Investimento passa para R\$ 300 mil. | Fica extinta a separação entre investimento fixo e semifixo. |
| Agroindústria: Limite de crédito: R\$ 30 milhões. Sementeiros: R\$ 3,5 milhões. | Agroindústria: Limite de crédito: R\$ 40 milhões (inclusive Funcafé). Sementeiros: Limite de crédito: R\$ 7 milhões. | A agroindústria deve apresentar a relação dos CPFs dos seus fornecedores para efeito de cadastro no sistema Recor. |